

PATRICIA MIRANDA PIZZOL

TUTELA COLETIVA

PROCESSO COLETIVO E
TÉCNICAS DE PADRONIZAÇÃO
DAS DECISÕES

Prefácio
NELSON NERY JUNIOR

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pizzol, Patricia Miranda
Tutela coletiva : processo coletivo e técnicas de padronização das decisões / Patricia Miranda Pizzol. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5321-997-1

1. Direitos coletivos - Brasil 2. Processo civil - Brasil 3. Processo coletivo - Brasil 4. Tutela jurisdicional - Brasil I. Título.

19-29973

CDU-347.91(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo coletivo : Direito processual 347.91(81)
Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	13

PARTE I

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA DEFESA DOS DIREITOS

1. A DEFESA DOS DIREITOS COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL...	25
2. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PERTINENTES À TUTELA COLETIVA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	29
2.1. Devido Processo Legal	31
2.2. Isonomia	34
2.3. Inafastabilidade do Controle jurisdicional e duração razoável do processo	37
2.4. Contraditório e ampla defesa	50
2.5. Juiz natural	57
2.6. Duplo grau de jurisdição.....	59
2.7. Motivação das decisões judiciais.....	61
2.8. Publicidade dos atos processuais	63
2.9. Proibição da prova ilícita.....	64

PARTE II

O PROCESSO COLETIVO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

3. ASPECTOS GERAIS DA DEFESA DOS DIREITOS COLETIVOS.....	69
3.1. Evolução histórica da ação coletiva	70
3.2. Direitos coletivos e ação coletiva	74

3.2.1.	Direitos coletivos <i>lato sensu</i> – Difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	75
3.2.1.1.	Direitos essencialmente coletivos – Difusos e coletivos	82
3.2.1.2.	Direitos acidentalmente coletivos – Individuais homogêneos	86
3.2.2.	Instrumentos destinados à tutela dos direitos coletivos	89
3.2.2.1.	Ação civil pública	91
3.2.2.2.	Ação popular	99
3.2.2.3.	Mandado de segurança	112
3.2.2.4.	<i>Habeas data</i>	128
3.2.2.5.	Mandado de injunção.....	140
3.3.	Regime jurídico das ações coletivas	153
4.	O MICROSSISTEMA DAS AÇÕES COLETIVAS.....	167
4.1.	Procedimento.....	167
4.1.1.	Petição inicial e pedido.....	167
4.1.2.	Resposta do réu e outros atos do procedimento	183
4.2.	Competência.....	193
4.2.1.	Ação de conhecimento.....	194
4.2.2.	Liquidação e Execução	208
4.3.	Prevenção, Conexão, Continência e Litispendência	214
4.4.	Partes no Processo Coletivo.....	223
4.4.1.	Legitimidade Ativa.....	223
4.4.1.1.	Considerações gerais.....	223
4.4.1.2.	Os legitimados previstos na legislação infraconstitucional.....	232
4.4.1.2.1.	Ministério Público.....	232
4.4.1.2.2.	Defensoria Pública	241
4.4.1.2.3.	Entes políticos e órgãos da administração pública direta ou indireta	249
4.4.1.2.4.	Associações	258
4.4.1.3.	Legitimidade para a liquidação e a execução.....	277
4.4.1.4.	Poderes dos legitimados ativos.....	279
4.4.2.	Legitimidade Passiva.....	287
4.4.3.	Litisconsórcio	291

4.4.4.	Assistência	293
4.4.5.	Outras formas de intervenção de terceiro	298
4.5.	Ônus da Prova.....	310
4.5.1.	Requisitos para a inversão do ônus da prova	317
4.5.2.	Momento da inversão do ônus da prova	321
4.5.3.	Inversão do ônus econômico-financeiro da prova	325
4.5.4.	Âmbito de aplicação da inversão do ônus da prova	328
4.6.	Tutela de urgência nas Ações Coletivas.....	329
4.6.1.	A tutela de urgência no CPC.....	330
4.6.2.	A tutela de urgência no processo coletivo.....	336
4.6.2.1.	Requisitos.....	336
4.6.2.2.	O pronunciamento que concede ou nega a tutela de urgência e o recurso cabível	339
4.6.2.3.	Legitimidade	340
4.6.2.4.	Medidas de efetivação da tutela de urgência.....	340
4.6.2.5.	Fungibilidade	341
4.6.2.6.	Momento.....	342
4.6.2.7.	Tutela provisória contra o Poder Público	343
4.6.2.8.	Poder geral de cautela e a tutela de urgência de ofício	353
4.6.2.9.	Eficácia da decisão cautelar (tutela cautelar requerida em caráter antecedente)	355
4.6.2.10.	Estabilização da decisão antecipatória (tutela antecipada requerida em caráter antecedente)	359
4.7.	Sentença e Recursos	364
4.7.1.	Sentença.....	364
4.7.2.	Remessa necessária	383
4.7.3.	Julgamento das ações relativas às obrigações de fazer, não fazer e de entregar coisa.....	385
4.7.3.1.	Conversão em perdas e danos	387
4.7.3.2.	Medidas coercitivas e satisfativas para a efetivação da medida.....	389
4.7.3.2.1.	Multa.....	392
4.7.3.2.2.	Medidas destinadas ao cumprimento da obrigação consubstanciada na decisão judicial	399
4.7.4.	Recursos.....	401

4.8.	Coisa Julgada	404
4.8.1.	Noções gerais – conceito e classificação	404
4.8.2.	Limites – objetivo e subjetivo	411
4.8.3.	Coisa julgada no processo coletivo – <i>secundum eventum litis, erga omnes</i> ou <i>ultra partes</i>	415
4.8.4.	Suspensão do processo individual	421
4.8.5.	Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada	432
4.8.6.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	434
4.8.7.	Limitação territorial da coisa julgada	440
4.9.	Liquidação	452
4.9.1.	Noções gerais	452
4.9.1.1.	Conceito e natureza jurídica	452
4.9.1.2.	Espécies de liquidação e procedimento	454
4.9.1.3.	A decisão que resolve a liquidação	457
4.9.2.	Direito individual homogêneo	461
4.9.2.1.	Sentença condenatória genérica e a necessidade da liquidação	461
4.9.2.2.	Dispensa da liquidação e conversão da ação individual em liquidação	466
4.9.2.3.	Legitimidade para a liquidação	469
4.9.2.3.1.	Liquidação proposta em benefício dos indivíduos	470
4.9.2.3.2.	Liquidação em benefício do Fundo de Direitos Difusos	471
4.9.3.	Direito difuso ou coletivo	475
4.9.3.1.	Sentença líquida e ausência de liquidação (regra)	475
4.9.3.2.	Liquidação pelo procedimento comum ou por arbitramento	478
4.9.3.3.	Liquidação individual	480
4.9.4.	Compromisso de ajustamento – liquidação de título executivo extrajudicial	481
4.9.5.	Liquidação da sentença coletiva para a execução provisória ...	483
4.10.	Execução	486
4.10.1.	Noções gerais	486
4.10.1.1.	Conceito	486
4.10.1.2.	Pressupostos	488
4.10.1.2.1.	Título executivo	488
4.10.1.2.2.	Inadimplemento	505
4.10.1.3.	Procedimento e princípios	506

4.10.2. Execução coletiva	507
4.10.2.1. Direito individual homogêneo	516
4.10.2.2. Direito difuso ou coletivo.....	521
4.10.2.3. Execução definitiva ou provisória	523
4.10.2.4. Concurso de preferências	529

PARTE III

EFETIVIDADE DA AÇÃO COLETIVA PERANTE AS TÉCNICAS DE PADRONIZAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS PREVISTAS NO CPC

5. OS MECANISMOS DE PADRONIZAÇÃO DAS DECISÕES	533
5.1. Finalidade da Uniformização da Jurisprudência.....	534
5.2. Os Precedentes no Sistema Processual Brasileiro	538
5.2.1. Jurisprudência, precedente, súmula	538
5.2.2. Precedentes vinculantes: a inconstitucionalidade parcial do artigo 927 do CPC.....	546
5.2.3. Reclamação	554
5.3. As Técnicas de Padronização das Decisões Judiciais Previstas no CPC...	561
5.3.1. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	561
5.3.1.1. Conceito e finalidade.....	561
5.3.1.2. Requisitos.....	564
5.3.1.3. Legitimidade	566
5.3.1.4. Divulgação do incidente.....	568
5.3.1.5. Instauração do incidente e competência	569
5.3.1.6. Suspensão dos processos.....	571
5.3.1.7. Processamento e julgamento do incidente	576
5.3.1.8. Suspensão ou interrupção da prescrição?	582
5.3.1.9. Revisão da tese	584
5.3.1.10. Inconstitucionalidade do Instituto	585
5.3.2. Recursos especiais e extraordinários repetitivos	587
5.3.2.1. Requisitos para aplicação do regime dos recursos repetitivos e seleção dos recursos representativos da controvérsia.....	589
5.3.2.2. Decisão de afetação	591
5.3.2.3. Suspensão dos processos.....	594
5.3.2.4. Processamento e julgamento no tribunal superior....	596
5.3.2.5. Providências posteriores ao julgamento dos recursos repetitivos.....	600

6. A AÇÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	605
6.1. As vantagens da ação coletiva em relação aos instrumentos de padronização das decisões previstos no CPC.....	608
6.1.1. Legitimidade.....	608
6.1.2. Competência.....	613
6.1.3. Coisa julgada.....	613
6.1.4. Suspensão facultativa dos processos individuais.....	616
6.1.5. Liquidação e/ou execução da sentença proferida no processo coletivo.....	617
6.1.6. <i>Fluid recovery</i>	622
6.1.7. A ação coletiva pode conduzir a uma solução consensual.....	623
6.1.8. O processo coletivo permite que as partes recebam tratamento isonômico.....	636
6.2. Notas Conclusivas.....	638
6.2.1. O CPC/2015 não disciplinou o processo coletivo.....	638
6.2.2. A necessidade de aperfeiçoamento do processo coletivo e de desestímulo à propositura de ações individuais.....	643
6.2.3. O chamado processo coletivo estrutural e sua viabilidade à luz do ordenamento jurídico vigente.....	651
6.2.4. A superioridade da ação coletiva em relação às técnicas de padronização das decisões judiciais.....	660
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	665